

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.330 - SP (2019/0140994-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : JORGE TOSHIHIKO UWADA - ADMINISTRADOR JUDICIAL -
SP059453
AGRAVADO : MARIA NILZA RIBEIRO DE JESUS
ADVOGADOS : JAIRO SALVADOR DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULA COSTA DE PAIVA E OUTRO(S) - SP227862
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, alegando à fl. 365 que:

Data vênua, houve omissão na referida Decisão, haja vista que a embargante, em sede de Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (nº 2070484-21.2014.8.26.0000), obteve a concessão do benefício do diferimento para pagamento de despesas e custas processuais ao final do processo, que se aplica a este feito e a todos os demais idênticos que envolvem a mesma questão.

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que em nenhum momento a parte juntou aos autos a comprovação de que possui o benefício. Assim, a simples alegação, sem a devida comprovação não é suficiente para afastar a deserção do recurso.

No mais, como também não houve o recolhimento do preparo, nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Registre-se que conforme previsto no art. 1.007, § 5.º, do mesmo diploma, é vedada a complementação da insuficiência do preparo, quando a parte for intimada nos termos do § 4º. Entende-se, pois, que, intimado, não recolheu e nem comprovou o deferimento do benefício, não há mais possibilidade de regularização do vício.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente